

historicamente pelo confronto dos agentes e das agências que se (dis)põem num campo específico, qual seja, o campo sóciopolítico gerado a partir das distintas demandas por reforma agrária no país. Os trabalhadores rurais, seus mediadores (organizações dos trabalhadores ou políticas e as agências oficiais que tratam da questão fundiária), as organizações patronais, os grupos econômicos e os detentores do poder político institucional (partidos e/ou grupos que estão liderando governos nas esferas federal, estadual e municipal) são os sujeitos, com mais ou menos clareza política, que se digladiam na arena pública em torno das ações pró ou contra a reforma agrária (BARONE; FERRANTE, 2012).

A hipótese de “fim de ciclo”, mais do que o simples término da querela em torno da reforma agrária, parece evidenciar o estágio no qual se encontra o debate sobre o tema, em sintonia com o momento político do país. Mesmo os apologetas de uma reforma agrária estrutural ou anticapitalista reconhecem esse estreitamento de possibilidades, que afasta a perspectiva de uma ampla redistribuição de terras. Isso gera um consenso silencioso, não dialogado ou acordado, que atravessa todo espectro de sujeitos que compõem o campo sociopolítico da Reforma - Agrária, atualmente sob o risco de desmantelamento por parte do Estado - fazendo com que o discurso das agências já consagradas no campo se volte mais para o universo das famílias assentadas, em busca de estratégias para seu desenvolvimento. Em nossa perspectiva, o fim do ciclo-caso a hipótese se confirme - não é o fim da reforma agrária. Até porque, em que pese o discurso de superação da miséria no país, a perversidade do processo de desenvolvimento econômico ainda mantém uma gama de grupos mais ou menos residuais expostos à precarização e à violência. Além disso, a situação social das periferias urbanas recoloca a questão de uma ação reformista inovadora, aberta para experiências de produção agroalimentar alternativas.

Outros personagens, além dos indígenas e dos quilombolas entram em cena. Um outro aspecto digno de nota é a busca difícil, mas assumida tenazmente, por alternativas mais saudáveis de agricultura – um verdadeiro front erigido contra a oligopolização dos mercados agroalimentares e uma possibilidade de participação virtuosa da agricultura familiar na economia do país, com base na agroecologia e redes de comercialização ligadas às perspectivas de segurança e soberania alimentar.

O exercício de ressignificar a Reforma Agrária no contexto brasileiro do Século XXI tem sentido já que, ao contrário do que afirmam alguns acadêmicos, uma ação pública com vistas a intervir no meio rural para ampliar a democracia, através do incremento das liberdades instrumentais (SEN, 2000), sempre estará às voltas com a altíssima concentração fundiária característica estrutural do desenvolvimento agrário do país e sua modernidade anômala e inconclusa, quase sempre geradora de desigualdades que confrontam com uma proposta de desenvolvimento como liberdade.

**Autor:** Dalva Maria da Mota – Embrapa Amazônia Oriental

**Título da Apresentação:** Extrativistas e agricultores: reconfigurações em tempos de arrefecimento do acesso a políticas públicas no Norte e Nordeste do Brasil

**Resumo Expandido:**

O objetivo desta comunicação é analisar a reconfiguração de estratégias de reprodução social de grupos de extrativistas e de agricultores num contexto de crise no Norte e Nordeste do Brasil. Tomo a reconfiguração objetiva (atividades) e subjetiva (percepções) como objeto de análise para apreender transformações recentes no espaço rural. O quadro de análise está amparado em estudos sobre a globalização da agricultura (BONANNO, 2017; NIERDERLE; WESZ JÚNIOR, 2018), produção de *commodities* e *green grabbing* (BACKHOUSE, 2013; BRANDÃO; SCHONEVELD, 2015), intervenção pública no Brasil (FAVARETO, 2017), povos

e comunidades tradicionais (MOTA et al., 2011; PORRO et al., 2015) e trabalho (FÉLIX, 2019; DUBET, 2014), dentre outros estudos.

A referência empírica para a análise são dois grupos sociais que têm diferenças marcantes quanto ao acesso aos recursos naturais, meios de vida e relação com o mercado, mas assemelham-se quanto a pressões exógenas decorrentes da produção de *commodities* (eucalipto e dendê). Tal escolha foi proposital e, para além de compará-los, busco trazer a diversidade de percepções que constroem associadas às suas atividades cotidianas. O primeiro grupo é formado por mulheres extrativistas autodesignadas catadoras de mangaba, em Sergipe. O segundo é de agricultores familiares integrados que possuem contrato com uma agroindústria para a produção de dendê, no Pará.

As catadoras de mangaba residem nos Tabuleiros Costeiros e na Baixada Litorânea de Sergipe e historicamente vivenciam conflitos para ter acesso aos recursos mediante o corte das plantas para instalação de outras atividades (turismo, carcinicultura e agricultura). Nos últimos 10 anos, elas experimentaram mudanças nas condições de reprodução social apoiados por políticas públicas para a comercialização no mercado institucional por meio do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (MOTA et al., 2011). Esperanças quanto à demarcação de duas unidades de conservação alimentaram as suas existências. Nos tempos atuais, intensificam-se os conflitos em torno dos recursos naturais e rareiam as políticas impondo-se um contexto de reconfiguração de estratégias de reprodução que faz com que “cada dia seja uma aventura” em se tratando da diversificação de iniciativas para garantir a sobrevivência. A frustração de demarcação das unidades de conservação planejadas, insatisfações e preocupações pontuam as percepções de 95% das entrevistadas. Apenas 5% estão satisfeitas com a condição atual porque têm acesso a uma ação específica via projeto para agregação de valor ao fruto.

Os agricultores integrados residem na região do Nordeste Paraense e, no decorrer dos anos 2000, assinaram contrato com as agroindústrias que chegaram para a produção de dendê, condição que garante dispor de crédito, assistência técnica e comercialização. A iniciativa representou a oportunidade de ruptura com as condições de vulnerabilidade imposta pelo sistema de “corte e queima” e pela comercialização da farinha de mandioca, principal produto para o consumo e a venda. Mesmo que as condições contratuais persistam, a diversidade de situações dos agricultores integrados tem sido intensificada com evidência de que 52,8% estão satisfeitos com relação ao sentimento de ser produtor de dendê e com a renda, 24,8% estão insatisfeitos com o sentimento e a renda e 19,4% estão insatisfeitos, especialmente quanto ao sentimento. Os demais não responderam (3,2%). Para além do dendê, os agricultores percebem e se queixam da diminuição de recursos para o cultivo de culturas alimentares e para participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Os dois grupos têm grandes diferenças que se referem ao acesso aos recursos naturais, a serviços e a garantia de comercialização, o que coloca comparativamente as catadoras em situação de maior vulnerabilidade social num contexto de crise. Assemelham-se, entretanto, na diversificação das atividades. As catadoras apelam individualmente para atividades ocasionais fora do extrativismo (prestação de serviços, artesanato, venda de cosméticos). Os agricultores integrados especializam-se ao reduzirem os cultivos para alimentação e concentram o trabalho nos membros adultos da família em atendimento a cláusula contratual. Em ambos os casos, constatei que intensificaram-se as reconfigurações das atividades com maior individualização do trabalho sob a influência marcante dos monocultivos que os cercam. Intensifica-se assim, a superexploração do trabalho (FÉLIX, 2019).

No caso das catadoras, a redução do acesso aos recursos tem relação direta com a expansão de monocultivos de eucalipto pertencentes a terceiros em 12 comunidades (RODRIGUES et al., 2017). No caso dos agricultores integrados, a relação com o monocultivo é direta e foi a opção que se apresentou para romper com vulnerabilidades históricas, não obstante o aumento da subordinação (DUBET, 2014). Apesar das diferenças, evidenciam-se nas

percepções dos dois grupos, transformações que incidem na redução da autonomia cujo agravamento se dá pelo arrefecimento do acesso a políticas públicas que diminuam as suas vulnerabilidades, a exemplo do mercado institucional que abriga PAA e PNAE.